



RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Setores Terra do Sol e Continental – Aparecida de Goiânia

Data: 06 de março de 2018

Equipe:

- Fernanda Abreu, secretária de Habitação de Aparecida de Goiânia;
- Leandro Neiva, assessor parlamentar da Deputada Isaura Lemos (PC do B);
- Marcela Ferreira Miranda, analista legislativo da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana;
- Morse Samuel Silva, assessor parlamentar da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana.



Setor Terra do Sol, Aparecida de Goiânia - GO



I – Histórico

Os setores Vale do Sol, Terra do Sol e Continental se localizam entre o aterro sanitário e o complexo prisional de Aparecida de Goiânia, e ao lado de importantes áreas industriais do município, denominadas DAIAG (Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia) e DIMAG (Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia), conforme pode ser visualizado no mapa abaixo.



Localização das ocupações Terra do Sol e Continental

A origem das ocupações denominadas Terra do Sol e Continental, assim como o Vale do Sol, remontam ao início da década de 90, quando se iniciou o depósito de resíduos sólidos nas imediações do então CEPAIGO (Centro Penitenciário de



Atividades Industriais do Estado de Goiás). Naquele momento, o descarte do lixo era realizado sem nenhum atendimento às normas ambientais e sanitárias, o que configurava um lixão.

A presença do lixão atraía pessoas carentes em busca de materiais recicláveis para venda, e muitas começaram a erguer ali moradias rudimentares. As condições de vida precárias e insalubres dessas pessoas, inclusive das muitas crianças, despertou a atenção de grupos assistencialistas e religiosos, que começaram a ajudar as famílias por meio de doações e serviços gratuitos. Hoje, há dezenas de voluntários que assistem regularmente a população dos três bairros formados nessa região.

O lixão funcionou até 2002, quando foi obtida a licença ambiental para a construção do aterro sanitário, que é a forma ambientalmente adequada e reconhecida mundialmente para tratamento do lixo. Mais tarde, com a regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010 (Lei nº 12.305/10), diversas intervenções foram realizadas no aterro para readequá-lo às normas vigentes.

Além das ocupações irregulares, a presença de catadores dentro do aterro também era um grande problema, uma vez que isso é proibido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em 2012, a Prefeitura de Aparecida e o Governo Federal construíram cerca de 60 casas no Setor Retiro do Bosque para as famílias da Cooperativa dos Catadores de Papel de Aparecida (COOCAP), que viviam nas imediações do aterro. Posteriormente, em 2013, o Governo do Estado e a Prefeitura construíram também o Galpão de Triagem de Resíduos Sólidos no Setor Vale dos Sonhos, a fim de melhorar as condições de trabalho da cooperativa. Porém, somente em 2014 o acesso ao aterro foi finalmente bloqueado, após acordo com os coletores.

Em janeiro de 2017, algumas residências no Setor Terra do Sol receberam notificações da Prefeitura de Aparecida de Goiânia solicitando a desocupação dos lotes. Conforme apurado pela imprensa à época junto à Prefeitura, dos 51 lotes do município no local, apenas 6 foram notificados, e haveria um acordo para a desocupação pacífica. No entanto, durante a visita técnica realizada por esta comissão, os moradores relataram que esse fato não teve desdobramentos posteriores.



II – Levantamento de informações junto a autoridades competentes

De acordo com a secretária de Habitação de Aparecida, Fernanda Abreu, a região consta no plano diretor como área industrial, sendo apenas 60 lotes, aproximadamente, de propriedade do município, o que corresponde a cerca de 10% da área total. O restante pertence a particulares. Desse modo, a regularização do bairro não é possível, e a única alternativa seria a relocação das famílias para outras áreas.

Em contato com Murilo Barra, diretor de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da AGEHAB, Agência Goiana de Habitação, verificou-se que não há, até o momento, nenhum novo projeto para construção de habitações de interesse social em Aparecida de Goiânia. Ainda segundo Murilo, foi firmado acordo com o Ministério Público para que não haja mais construção de moradias para relocação de famílias provenientes de ocupações. O procedimento recomendado é que essas famílias sejam inseridas no Cadastro Único e assim entrem na fila dos programas habitacionais disponíveis, seguindo os mesmos critérios estabelecidos para todos os cadastrados. Dessa forma, entende-se que a seleção dos beneficiários torna-se mais justa, pois de outra maneira seria concedida uma prioridade indevida aos moradores de ocupações irregulares.

III – Visita Técnica

Atualmente, acredita-se que mais de 500 famílias estejam vivendo nos bairros Terra do Sol e Continental, segundo estimativas das lideranças locais. O tempo de ocupação varia de 2 a 25 anos, e a maioria das famílias é bastante numerosa, seja pela grande quantidade de filhos, como pela presença de diferentes familiares dividindo a mesma casa. O elevado índice de desemprego na comunidade agrava a situação de carência, sendo comum faltar alimento em algumas casas. Quando isso ocorre, os próprios vizinhos se organizam para ajudar.



Dona Sandra, grávida do 8º filho, divide sua casa de lona com o marido e os filhos.



Moradia precária típica do Setor Terra do Sol. Ao fundo é possível ver uma torre de vigilância do centro penitenciário.



Todas as habitações são muito simples, e muitas se enquadram como habitações precárias (improvisadas ou rústicas), sem alvenaria. Constata-se um grande número de casas construídas com lona, pedaços de madeira, carcaças de veículos, papelão e materiais de campanhas eleitorais. Há, inclusive, pelo menos duas famílias vivendo dentro de ônibus abandonados. Uma delas é a da dona Juju, que vive com o namorado dentro de um ônibus há 7 anos. Ela catava lixo no aterro, mas não foi selecionada para receber uma das casas no Retiro do Bosque.



Um dos ônibus utilizados pela comunidade como moradia.

Os moradores afirmam que a cooperativa dos catadores é uma “panelinha” que não permite o ingresso de outras pessoas, e que por esse motivo os moradores do Terra do Sol e do Continental não têm acesso aos auxílios oferecidos pela Prefeitura aos cooperados.

A comunidade não possui água encanada, tratamento de esgoto nem energia elétrica regular. A água utilizada provém de poços artesianos construídos pelas próprias famílias. Devido à proximidade do aterro sanitário, há dúvidas sobre a



qualidade da água, já que existe o receio de que o lençol freático esteja contaminado. Segundo relato dos moradores, a água nunca foi analisada por nenhum órgão ambiental ou sanitário que pudesse atestar se ela é própria para o consumo.

A energia elétrica é obtida por meio de ligações irregulares bastante improvisadas. Os fios podem ser vistos pelo chão de terra em todo o bairro, atravessando ruas e entre as casas, o que implica em grande risco para as pessoas que ali transitam, principalmente para as crianças.



Criança próxima a uma ligação irregular de energia elétrica. O muro avistado ao fundo é do complexo prisional.

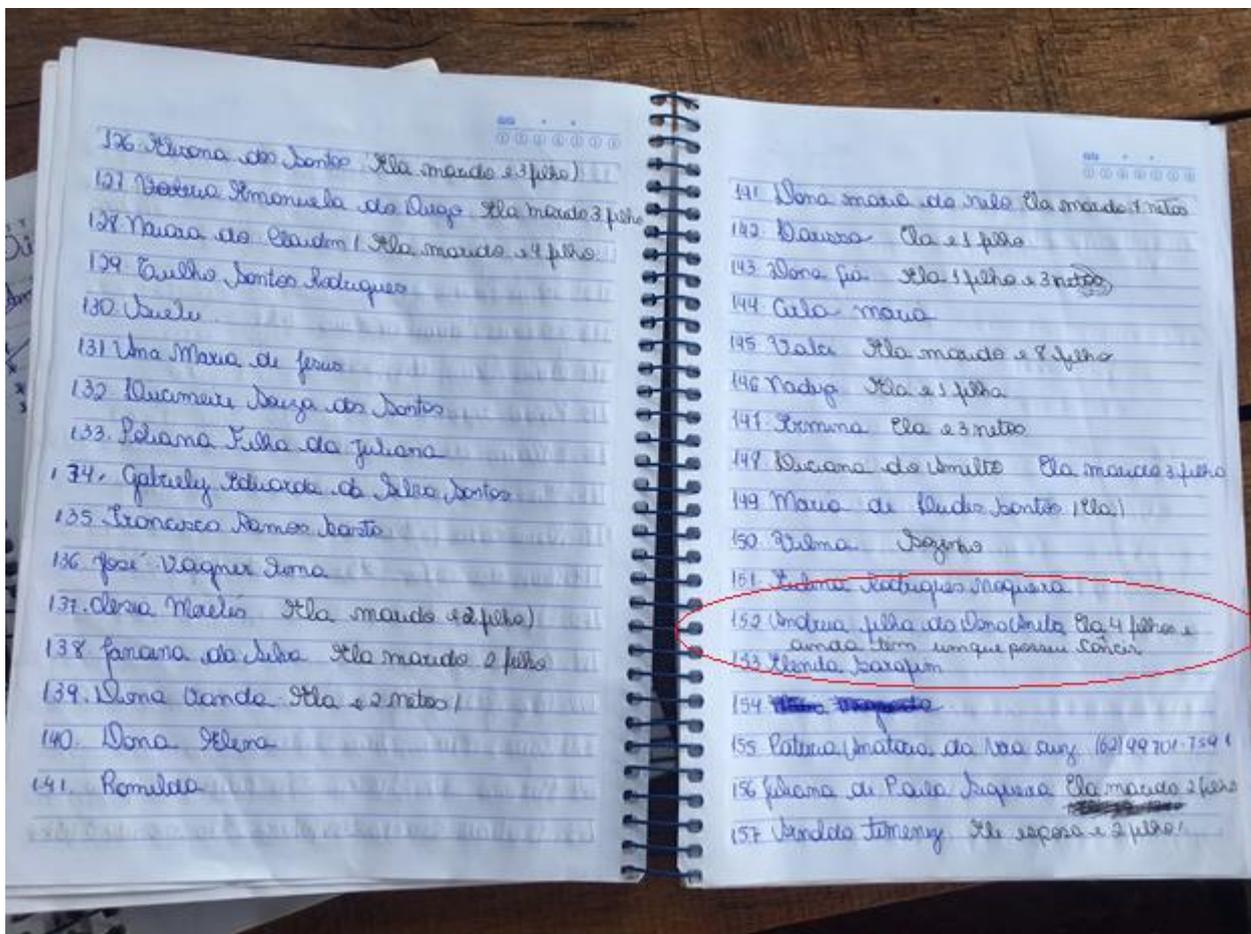
Durante a visita, foi questionado se a proximidade do presídio causaria algum tipo de transtorno, como a presença de criminosos e tráfico de drogas, mas os moradores negaram. Segundo eles, o bairro é relativamente tranquilo, com taxas de criminalidade normais em relação a outras localidades, e que o único transtorno seria o preconceito que eles enfrentam em algumas situações, devido ao estigma de ser um “lugar de bandido”.



Uma das primeiras moradias que se vê na entrada do Terra do Sol é da Francisca, que vive no local há 12 anos e se estabeleceu como uma liderança. Com 43 anos e 10 filhos, ela e o marido trabalham como garis. Francisca centraliza os contatos com os diversos grupos sociais que realizam doações regulares de mantimentos e demais artigos de necessidade básica.



Casa da Francisca, líder comunitária



Lista das 158 famílias mais necessitadas do bairro. Detalhe para a família nº 152, composta por uma mãe e 4 filhos, sendo um deles com câncer.



Um dos grupos voluntários que auxiliam a comunidade ofereceu construir 50 casas para as famílias que ainda estão em habitações precárias, e chegou a iniciar a construção da primeira. Porém, após receber a visita do suposto proprietário do terreno, que alertou para o risco de uma ordem de despejo, decidiu-se por interromper a construção das casas até que se tenha uma definição do local mais adequado.



Casa da dona Rosa, construída por um grupo de voluntários que foi obrigado a interromper a obra devido à situação irregular da ocupação.

Além de gerenciar as doações, Francisca ainda mantém contato com autoridades do município para sanar os problemas mais urgentes do bairro, tais como transporte escolar, matrículas em escolas e atendimentos de saúde. Recentemente, ela esteve com o secretário de Educação de Aparecida e conseguiu mais vans escolares para reduzir a superlotação e também transportar os alunos que estudam no período noturno.



Transporte escolar que a liderança do bairro conseguiu ampliar após solicitação ao secretário de Educação do município.



Crianças aguardam o transporte escolar no ponto de ônibus.

**Fotos: Marcela Ferreira Miranda*



IV – Composição da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

Deputados Membros

1 - Titulares

Isaura Lemos (PC do B) – Presidenta
Carlos Antonio (PSDB) – Vice-Presidente
Jean Carlo (PHS)
Marlúcio Pereira (PSB)
Sérgio Bravo (PROS)
Humberto Aidar (PT)
Nédio Leite (PSDB)

2 - Suplentes

Luís César Bueno (PT)
Álvaro Guimarães (PR)
Marquinho Palmerston (PSDB)
Helio de Sousa (PSDB)
Henrique Arantes (PTB)
Paulo Cezar Martins (PMDB)
Iso Moreira (PSDB)



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



Comissão de
**Habitação, Reforma
Agrária e Urbana**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Equipe Técnica

Valdivino Edson de Azevedo

Secretário

Edson Yoiti Haga

Analista Legislativo

Marcela Ferreira Souza de Miranda

Analista Legislativo

Mary Anne Rodrigues Araújo

Agente Legislativo

Morse Samuel Silva

Assessor Parlamentar

Érika Akemi Bernardes Iwamoto

Estagiária